



# Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

## LEI COMPLEMENTAR Nº 27/1999

Que aprova Código de Saúde do Município de Passa Quatro.

O Povo do Município de Passa Quatro, Estado de Minas Gerais, por seus representantes, aprovou, e eu, em seu nome, sanciono a seguinte lei:

### ANEXO I DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º Este Código estabelece normas de ordem pública e interesse social para a promoção, defesa e recuperação da saúde, nos termos da Constituição da República, da Constituição do Estado e da Lei Orgânica do Município, e dispõe sobre a organização, a regulamentação, a fiscalização e o controle das ações e dos serviços de saúde nas esferas estadual e municipal.

§1º As ações e os serviços de saúde compreendem, isoladamente e no seu conjunto, as iniciativas do Poder Público que tenham por objetivo a promoção, defesa e recuperação da saúde, individual ou coletiva, e serão desenvolvidos pelo Poder Público com o apoio e a vigilância da sociedade, a quem cabe também propor qualquer medida sanitária de interesse coletivo.

§2º Na organização e no funcionamento do Sistema Único de Saúde - SUS, o Poder Público Municipal atuará sob a orientação de que o desenvolvimento econômico é instrumento do desenvolvimento social e do bem-estar coletivo, e que metas econômicas devem ser formuladas em função das metas sociais.

### PARTE PRIMEIRA DOS FUNDAMENTOS POLÍTICOS E SOCIAIS DA SAÚDE TÍTULO I DA SAÚDE COMO DIREITO SOCIAL

Art. 2º A saúde é uma das condições essenciais da liberdade individual e da igualdade de todos perante a lei.

§1º O direito à saúde é inerente à pessoa humana, constituindo-se em direito público subjetivo.

§2º O dever do Poder Público Municipal de prover as condições e as garantias para o exercício do direito individual à saúde não exclui o das pessoas, da família, das empresas e da sociedade.

Art. 3º O estado de saúde, expresso em qualidade de vida, pressupõe:

I - condições dignas de trabalho, de renda, de alimentação e nutrição, de educação, de moradia, de saneamento, de transporte e de lazer, assim como o acesso a esses bens e serviços essenciais;

II - correlação entre as necessidades coletivas de saúde e as prioridades que o Poder Público estabelece nos seus planos e programas na área econômico-social;

III - assistência prestada pelo Poder Público como instrumento que possibilite à pessoa o uso e gozo de seu potencial físico e mental;



# Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

IV - reconhecimento e salvaguarda dos direitos do indivíduo, como sujeito das ações e dos serviços de assistência em saúde, possibilitando-lhe:

a) exigir, por si ou por meio de entidade que o represente e defenda os seus direitos, serviços de qualidade prestados oportunamente e de modo eficaz;

b) decidir, livremente, sobre a aceitação ou recusa da prestação da assistência à saúde oferecida pelo Poder Público e pela sociedade, salvo nos casos de iminente perigo de vida;

c) ser tratado por meios adequados e com presteza, correção técnica, privacidade e respeito;

d) ser informado sobre estado de saúde, as alternativas possíveis de tratamento e a evolução provável do quadro nosológico e, quando for o caso, sobre situações atinentes à saúde coletiva e formas de prevenção de doenças e agravos à saúde;

e) ter garantido e respeitado o sigilo sobre os dados pessoais revelados.

V - constituição de entidades que representem e defendam os interesses dos usuários;

VI - obtenção de informações e esclarecimentos adequados sobre assuntos pertinentes às ações e aos serviços de saúde.

§1º Para o atendimento dos pressupostos do estado de saúde enunciados nos incisos I, II, e III, o Município promoverá a cooperação interinstitucional com a União, o Estado e os demais Municípios, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar da população em âmbito municipal.

§2º A direção municipal do SUS adotará medidas destinadas à identificação dos fatores determinantes e condicionantes do estado de saúde da população e, nesse sentido, se articulará com os órgãos e instâncias governamentais responsáveis pelos setores econômico, de educação, trabalho, habitação, saneamento, transporte, alimentação e nutrição.

## TÍTULO II DAS AÇÕES E DOS SERVIÇOS DE SAÚDE CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 4º No território do Município, as ações e os serviços de saúde são executados e desenvolvidos pela administração direta, indireta e fundamental do Município, e pela iniciativa privada, na forma desta lei, da sua respectiva regulamentação e de demais diplomas legais pertinentes.

§1º Por serem de relevância pública, as ações e os serviços públicos e privados de saúde implicam co-participação do Poder Público, das pessoas e da sociedade em geral, na consecução de resultados qualitativos e quantitativos para o bem comum em matéria de saúde.

§2º A hierarquização e a regionalização dos serviços e ações de saúde constituem base e estratégia de organização e funcionamento do sistema municipal de saúde.

Art. 5º As ações e os serviços de saúde abrangem o meio ambiente, os locais públicos e de trabalho, e os produtos, os procedimentos, os processos, os métodos e as técnicas relacionados à saúde.



# Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

Art. 6º A atenção à saúde é livre à iniciativa privada, observadas as normas de regulamentação, fiscalização e controle estabelecidas neste Código, no Código Sanitário Municipal, na legislação nacional e na legislação suplementar estadual.

Art. 7º As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado participantes do SUS são responsáveis, objetivamente, pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem ao indivíduo ou à coletividade.

## CAPÍTULO II PRINCÍPIOS GERAIS

Art. 8º Na execução das ações e dos serviços de saúde, públicos e privados, serão observados os seguintes princípios gerais:

I - os serviços de saúde manterão, nos seus vários níveis de complexidade, os padrões de qualidade técnica, científica e administrativa universalmente reconhecidos, e os ditames da ética profissional;

II - toda pessoa tem o direito de obter informações e esclarecimentos sobre assuntos pertinentes às ações e aos serviços de saúde;

III - os agentes públicos e privados têm o dever de comunicar às autoridades competentes as irregularidades ou deficiências apresentadas por serviços públicos e privados responsáveis por atividades ligadas ao bem-estar físico, mental e social do indivíduo.

## CAPÍTULO III DA POLÍTICA DE SAÚDE NO MUNICÍPIO

Art. 9º A política de saúde, expressa em planos de saúde, será orientada para:

I - a atuação articulada do Município, mediante o estabelecimento de normas, ações, serviços e atividades sobre fato, situação ou local que ofereça risco à saúde individual e coletiva;

II - o reconhecimento e a valorização de práticas profissionais alternativas de assistência à saúde, reconhecidas pelos órgãos competentes;

III - a adoção do critério das reais necessidades de saúde da população, identificadas por estudos epidemiológicos, refletidas na elaboração de planos e programas e na oferta de serviços de atenção à saúde;

IV - a prioridade das ações preventivas em relação às ações e aos serviços assistenciais;

V - a formulação, com ampla divulgação à sociedade, de indicadores de avaliação de resultados das ações e dos serviços de saúde.

Art. 10. A base das atividades e programas no âmbito municipal serão os planos de saúde, nos quais se compatibilizarão os objetivos da política de saúde com a disponibilidade de recursos.

## PARTE SEGUNDA



# Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

## DA ESTRUTURA E DO FUNCIONAMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

### TÍTULO I

## DA ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE NO ESTADO

### CAPÍTULO I

## DIRETRIZES E BASES DO SUS

Art. 11. As ações e os serviços públicos de saúde, executados e desenvolvidos pela administração direta, indireta e fundacional do Município, constituem o SUS, com direção única da Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo único. Compete ao SUS, além de outras que vierem a ser estabelecidas, as atribuições fixadas neste Código, na Constituição da República, na Constituição do Estado e na legislação sanitária nacional, estadual e municipal.

Art. 12. O SUS obedecerá às seguintes diretrizes e bases:

#### I - diretrizes:

- a) universalidade de acesso do indivíduo às ações e aos serviços em todos os níveis de atenção à saúde;
- b) igualdade de atendimento;
- c) equidade, como forma de suprir as deficiências do tratamento igualitário de casos e situações;
- d) integralidade da atenção, significando atendimento pleno ao indivíduo em vista da proteção e do desenvolvimento do seu potencial biológico e psicossocial;
- e) resolubilidade dos serviços e ações de saúde em todos os níveis de assistência;
- f) racionalidade de organização dos serviços, vedada a duplicação de meios para idênticos ou equivalentes;
- g) precedência do método epidemiológico como critério para o estabelecimento de prioridade, alocação de recursos e orientação programática;
- h) participação da comunidade na formulação das políticas de saúde, controle, fiscalização e acompanhamento das ações e serviços de saúde;

#### II - bases:

- a) gratuidade das ações e dos serviços assistenciais prestados, vedada a cobrança de despesa complementar ou adicional, sob qualquer título;
- b) descentralização das ações e dos serviços de saúde, respeitado o dimensionamento mínimo dos parâmetros de planejamento;



# Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

- c) conjugação da totalidade dos recursos físicos, materiais e humanos do Município na realização de ações e prestação de serviços públicos de assistência à saúde, e divulgação de informações quanto ao potencial desses serviços e à sua utilização adequada pelo usuário;
- d) cooperação técnica e financeira com a União, com o Estado e demais Municípios na prestação da assistência à saúde;
- e) planejamento que reflita as necessidades da população e a regionalização e hierarquização do atendimento individual e coletivo;
- f) intercâmbio de dados, informações e experiências referentes ao SUS, visando ao seu aprimoramento e ao fortalecimento das relações inter e intra-institucionais;
- g) incentivo ao trabalho integrado e harmonioso dos profissionais que atuam na área da saúde, promovendo o reconhecimento, em favor da qualidade e da resolubilidade dos serviços e das ações de saúde, da experiência e da capacidade técnica e científica demonstrada pelo profissional.

## CAPÍTULO II DA COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO **Seção I** **Das Autoridades do SUS**

Art. 13. Ressalvada a competência do Prefeito Municipal para a prática de atos específicos decorrentes do exercício da chefia do Poder Executivo, a direção do SUS é exercida pela Secretaria Municipal de Saúde ou órgão equivalente.

Art. 14. Além do secretário, as demais autoridades sanitárias no SUS são as identificadas na organização das secretarias de saúde ou em equivalentes, e nos atos regulamentares de fiscalização e controle de ações e serviços de saúde.

## **Seção II** **Da Competência do Município**

Art. 15. Compete à direção municipal do SUS:

I - planejar, organizar, controlar e avaliar os serviços de saúde de âmbito municipal e gerir e executar os serviços públicos de saúde;

III - participar do planejamento, da programação e da organização da rede regionalizada do SUS, em articulação com a direção estadual;

III - executar ações e serviços de:

a) assistência integral à saúde;

b) vigilância epidemiológica;

c) vigilância sanitária;

d) controle de endemias;



## Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

e) alimentação e nutrição;

f) saúde do trabalhador;

g) saneamento básico, conjuntamente com o setor específico e com financiamento deste.

IV - realizar, em articulação com a União, o Estado e demais Municípios e outros setores da administração pública, e em cooperação com as instituições da sociedade civil:

a) medidas de proteção especial à criança, ao adolescente, ao idoso, ao portador de deficiência e à pessoa acometida de transtorno mental;

b) o atendimento integral aos portadores de deficiência, de complexidade crescente, abrangendo desde a atenção primária até o fornecimento dos equipamentos necessários à sua integração social;

c) provimento de meios educacionais, científicos e assistenciais para assegurar o direito à autoregulação da fertilidade como livre decisão do homem, da mulher ou do casal, tanto para exercer a procriação como para evitá-la, vedada qualquer forma coercitiva ou de indução por parte de instituições públicas ou privadas;

d) a fiscalização, o controle e a avaliação dos equipamentos e da tecnologia utilizados no SUS;

e) programas de educação em saúde.

V - instituir, e atualizar periodicamente, o plano municipal de saúde e o plano específico de alimentação e nutrição, em consonância com os planos estaduais e nacionais e tendo em vista as prioridades e estratégias municipais;

VI - acompanhar, avaliar e divulgar os indicadores de mortalidade e condições de risco ou agravo à saúde, no âmbito do Município;

VII - estabelecer normas para o controle e a avaliação das ações e dos serviços de saúde, incluindo normas técnicas especiais de vigilância sanitária e vigilância epidemiológica;

VIII - aprovar, em consonância com os planos e códigos de saúde e sanitário, a localização de estabelecimentos de saúde;

IX - colaborar na fiscalização das agressões ao meio ambiente que tenham repercussão sobre a saúde humana, e atuar, junto aos órgãos municipais, estaduais e federais competentes para controlá-las;

X - exigir estudo prévio sobre os efeitos para a saúde da população, em termos de termos de risco-benefício sanitário, nos casos de projeto de obra ou de instalação de atividade potencialmente causadora de grave risco para a vida e a saúde coletiva;

XI - participar da execução, do controle e da avaliação das ações referentes aos processos e aos ambientes de trabalho, e exercer a inspeção dos ambientes no tocante à saúde;

XII - gerir laboratórios de saúde pública na sua organização administrativa;



## Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

XIII - colaborar com Estado na execução da vigilância sanitária de fronteiras;

XIV - celebrar contratos e convênios para a aquisição de serviços de assistência à saúde, com entidades do setor privado que atuam, preponderante ou exclusivamente, no município, ou cuja complexidade interesse para garantir a resolubilidade do sistema local, bem como controlar e avaliar a sua execução;

XV - controlar e fiscalizar os procedimentos dos serviços privados de saúde no município;

XVI - formar consórcios administrativos intermunicipais;

XVII - ordenar a legislação referente à proteção sanitária;

XVIII - participar da formulação da política e da execução das ações de saneamento básico e saúde ambiental;

XIX - formular, executar, acompanhar e avaliar, em caráter suplementar, a política de insumos e equipamentos para a saúde e dar execução, no âmbito municipal, à tal política;

XX - participar, em cooperação com a União e Estado, da normalização, fiscalização e controle dos serviços de saúde do trabalhador, nas instituições e empresas públicas e privadas, atuando, em relação ao processo produtivo para garantir:

a) assistência ao trabalhador vítima de acidente de trabalho ou portador de doença do trabalho, visando à sua recuperação e reabilitação;

b) participação em estudos, pesquisas, avaliação e controle dos riscos e agravos potenciais à saúde existentes no processo de trabalho;

c) participação na normalização, fiscalização e controle das condições de população, extração, armazenamento, transporte, distribuição e manuseio de substâncias, produtos, máquinas e equipamentos que apresentem riscos à saúde do trabalhador;

d) avaliação do impacto que as tecnologias provocam na saúde;

e) informação ao trabalhador e à sua respectiva entidade sindical, e às empresas, sobre os riscos de acidentes de trabalho e doenças do trabalho, bem como sobre os resultados de fiscalização, avaliação ambiental e exames de saúde, de admissão, periódicos e de demissão, respeitados os preceitos da ética profissional;

XXI - participar, em cooperação com a União e o Estado, do controle e da fiscalização da produção, armazenamento, distribuição, transporte guarda, manuseio e utilização de substância e produtos psicoativos, tóxicos e teratogênicos;

XXII - participar, em cooperação com a União e o Estado, do controle e fiscalização do teor nutricional dos alimentos;

XXIII - participar, em cooperação com a União e o Estado, da fiscalização, controle, produção e distribuição de medicamentos, de componentes farmacêuticos básicos, produtos químicos,



## Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

biotecnológicos, imunobiológicos, hemoderivados e outros de interesse para a saúde, facilitando à população o acesso a eles;

XXIV - adotar política de recursos humanos abrangente para a capacitação, formação e valorização dos profissionais da saúde, para propiciar melhor adequação às necessidades específicas e de segmentos da população que requeiram atenção especial;

XXV - participar, com os órgãos afins, da proteção do meio ambiente e do controle dos agravos que tenham repercussão na saúde humana;

XXVI - participar da avaliação da segurança, da eficácia e da utilidade das tecnologias relevantes para a saúde e a assistência sanitária;

XXVII - revisar o Código Sanitário do Município a cada 10 (dez) anos.

§1º As vigilâncias sanitária e epidemiológica serão exercidas em articulação e integração com outros setores, dentre os quais os de saneamento básico, energia, planejamento urbano, obras públicas, agricultura e meio ambiente.

§2º A vigilância sanitária abrangerá o conjunto de ações capazes de eliminar, ou prevenir riscos à saúde e de intervir nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente, inclusive o do trabalho, da produção e circulação de bens e da prestação de serviços de interesse da saúde.

§3º A vigilância epidemiológica abrangerá o conjunto de ações que proporcionam o conhecimento, a detecção ou prevenção de qualquer mudança nos fatores determinantes e condicionantes da saúde individual e coletiva, com a finalidade de adotar ou recomendar medidas de prevenção e controle das doenças e agravos à saúde.

§4º No tocante ao inciso III, a execução dos serviços e ações aí mencionadas far-se-á em articulação com o SUS federal e estadual, sobretudo quanto aos prazos fixados pela legislação, com autoridade sanitária nacional ou estadual, para o atendimento de medidas ou a adoção de providência relacionadas com aqueles serviços e ações.

§5º Quando o Município constituir consórcio administrativo intermunicipal para desenvolver, em conjunto, ações e serviços públicos de saúde, aplicar-se-á ao consórcio o princípio da direção única, a ser definida no ato constitutivo da entidade que ficará sujeita às normas de observância obrigatória pelas pessoas jurídicas de direito público integrantes do SUS.

§6º No âmbito municipal, o SUS poderá organizar-se em distritos, núcleos ou circunscrições sanitárias para integrar e articular recursos, técnicas e práticas voltadas para a cobertura total das ações e dos serviços de saúde.

Art. 16. Observadas as normas gerais de competência da União e do Estado, o Município estabelecerá normas suplementares sobre promoção, defesa e recuperação da saúde, individual e coletiva.

### CAPÍTULO III DA PARTICIPAÇÃO COMPLEMENTAR DO SETOR PRIVADO NO SUS



# Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

Art 17. O SUS poderá recorrer à participação do setor privado quando a sua capacidade instalada de serviços for insuficiente para garantir a assistência à saúde da população.

§1º A participação complementar do setor privado no SUS será efetivada mediante convênio ou contrato administrativo de direito público.

§2º O convênio terá por objetivo a realização de atividades constantes de projeto específico elaborado em conformidade com as normas reguladoras do SUS e cuja aprovação, nas suas instâncias, ficará condicionada à integração do projeto nos planos de saúde.

§3º Para a celebração de convênio ou contrato administrativo o SUS dará preferência às entidades filantrópicas e às entidades sem fins lucrativos.

§4º É vedada qualquer forma de transferência à entidade privada a execução ou gestão de serviço público de saúde.

§5º Somente poderá participar, complementarmente, do SUS, a entidade privada com ou sem fins lucrativos que possuir serviços próprios de assistência à saúde, ficando-lhe vedada qualquer forma de transferência a terceiro, de modo direto ou convenial, dos encargos contratados ou conveniados com a direção do SUS.

Art. 18. Os serviços de saúde do setor privado que participarem do SUS ficam sujeitos à sua normatividade técnico-administrativa, aos princípios gerais e às diretrizes e bases enunciadas nos artigos 8º e 12.

Art. 19. É vedada a destinação de recursos públicos para auxílio ou subvenção à entidade privada com fins lucrativos.

## **CAPÍTULO IV DO DESENVOLVIMENTO DO SUS Seção I Disposições Gerais**

Art. 20. Os serviços públicos de saúde da administração direta, indireta e funcional do Município serão organizados em função do SUS.

Art. 21. O SUS no Município será organizado com base na integração de meios e recursos e na descentralização político-administrativa.

§1º O processo de planejamento e orçamento do SUS será ascendente, do nível local até o central, ouvidos os respectivos Conselhos de Saúde, compatibilidades da política de saúde com a disponibilidade de recursos em planos de saúde e seu financiamento será previsto na respectiva proposta orçamentaria.

§2º A responsabilidade pública da atenção ambulatorial no SUS será exercida por meio da rede de Unidades Básicas de Saúde, hierarquizada em níveis de complexidade e definida como principal porta de entrada seletiva para os serviços de maior especialização e os hospitalares.

§3º No caso da população favelada, albergada e escolar, e de pessoas portadoras de deficiência física, a atenção ambulatorial constará de projetos integrados com as áreas de educação, trabalho, promoção social e outras.



# Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

§4º As atividades de vigilância epidemiológica, controle de endemias e vigilância sanitária no SUS são públicas e exercidas em articulação e integração com outros setores, dentre os quais os de saneamento básico, energia, planejamento urbano, obras públicas, agricultura e meio ambiente.

§5º Os projetos de desenvolvimento institucional e os programas de atenção à saúde serão realizados, avaliados e aperfeiçoados segundo as diretrizes do SUS.

§6º Os estabelecimentos hospitalares e as unidades de saúde públicas e privadas são obrigados a apresentar em local acessível aos interessados quadro com o nome dos integrantes de seu corpo clínico.

§7º As unidades básicas de saúde e os prontos-socorros públicos manterão em funcionamento, em caráter permanente, serviço de farmácia para o fornecimento gratuito de medicamentos aos pacientes neles atendidos.

§8º A direção municipal do SUS normatizará a prescrição farmacêutica com base na denominação genérica dos medicamentos, bem como fará afixar, em todos os dispensários de medicamentos, a lista de medicamentos identificados por sua denominação genérica.

## **Seção II Das Medidas Assistenciais Específicas**

Art. 22. O órgão competente do SUS municipal promoverá o esclarecimento público e a divulgação das normas de órgão, tecido ou substância humana, para fins de transplante, pesquisa e tratamento, bem como sobre a coleta, o processamento e a transfusão de sangue e seus derivados, sendo vedado todo tipo de comercialização.

Art. 23. Sempre que possível, no âmbito do Município, os órgãos e entidades hospitalares do SUS e do setor privado estão obrigados a notificar, em caráter de emergência, todos os casos de morte encefálica comprovada.

Art. 24. Respeitada a privacidade dos demais internados, assegurar-se-á ao paciente internado em hospitais da rede pública ou privada, a faculdade de ser assistido, espiritualmente, por ministro de culto religioso de sua escolha.

Art. 25. Nos internamentos de crianças e adolescentes nos estabelecimentos do SUS, serão proporcionadas condições para a permanência com o menor, em período integral, de um dos pais ou de responsável.

Art. 26. O SUS municipal buscará, em cooperação técnica e financeira com a União e o Estado, manter em funcionamento:

I - unidades terapêuticas para recuperação de usuários de substâncias que geram dependência física ou psíquica, resguardado o direito de livre adesão dos pacientes aos programas de recuperação;

II - serviços de orientação e informação sobre a sexualidade humana e a auto-regulação da fertilidade, preservada a liberdade do indivíduo para exercer a procriação ou para evitá-la;

II - atendimento integral aos portadores de deficiências, em todos os níveis de complexidade, incluindo o fornecimento dos equipamentos necessários à sua plena integração social.



# **Câmara Municipal de Passa Quatro**

Instalada em 13 de dezembro de 1890

## **Seção III Da Saúde Mental**

Art. 27. No tocante à saúde mental, o SUS municipal, em cooperação técnica e financeira com a União e o Estado, empreenderá a substituição gradativa do procedimento de internação hospitalar pela adoção e o desenvolvimento de ações predominantemente extra-hospitalares, na forma de programas de apoio à desospitalização que darão ênfase à organização e manutenção de redes de serviços e cuidados assistências destinados a acolher os pacientes em seu retorno ao convívio social, observados, ainda, os seguintes princípios:

I - desenvolvimento, em articulação com os órgãos e entidades, públicas e privadas, da área de assistência e promoção social, de ações e serviços de recuperação da saúde de pessoas acometidas de transtorno mental e sua reinserção na família e na sociedade;

II - a atenção aos problemas de saúde mental, em especial os referentes à psiquiatria infantil e à psicogeriatría, realizar-se-á, basicamente, no âmbito comunitário, mediante assistência ambulatorial, assistência domiciliar e internação de tempo parcial, de modo a evitar ou a reduzir, ao máximo possível, a internação hospitalar duradoura ou de tempo integral;

III - toda pessoa acometida de transtorno mental terá direito a tratamento em ambiente o menos restritivo possível, o qual só será administrado depois de informado sobre o diagnóstico e os procedimentos terapêuticos e expressar seu consentimento;

IV - a internação psiquiátrica será utilizada como último recurso terapêutico e objetivará a mais breve recuperação do paciente;

V - quando necessária a internação de pessoa acometida de transtorno mental, esta dar-se-á, preferentemente, em hospitais gerais;

VI - a vigilância dos direitos indisponíveis dos indivíduos assistidos será realizada de forma articulada pela autoridade sanitária local e pelo Ministério Público, especialmente na vigência de internação psiquiátrica involuntária.

## **Seção IV Dos Locais de Trabalho**

Art. 28. Compete à autoridade sanitária, de ofício ou mediante denúncia de risco à saúde, proceder à avaliação das fontes de risco no meio ambiente, nele incluídos o local e os processos de trabalho, e determinar a adoção das providências para que cessem os motivos que lhe deram causa.

Art. 29. Ao sindicato de trabalhadores ou à Comissão Interna de Prevenção de Acidentes, ou representante que designar, é garantido requerer a interdição de máquina, de setor de serviço ou de todo o ambiente de trabalho, quando houver exposição a risco iminente para a vida ou a saúde dos empregados.

§1º Em condições de risco grave e iminente no local de trabalho, será lícito ao empregado interromper suas atividades, sem prejuízo de quaisquer direitos, até a eliminação do risco.

§2º O Município, em cooperação com a União e o Estado, atuará para garantir a saúde e a segurança dos empregados nos ambientes de trabalho.



# **Câmara Municipal de Passa Quatro**

Instalada em 13 de dezembro de 1890

§3º São asseguradas, nas ações e nos serviços desenvolvidos pelo sistema de vigilância sanitária, a cooperação e a participação dos sindicatos de trabalhadores, dos organismos de defesa do consumidor e das entidades ambientalistas.

§4º A autoridade sanitária articular-se-á com o setor de relações do trabalho, de medicina e segurança do trabalho e com os conselhos de fiscalização do exercício profissional para a avaliação das situações de risco e da adoção das medidas exigidas.

§5º É assegurada a cooperação dos Sindicatos de Trabalhadores e das Comissões Internas de Prevenção de Acidentes nas ações de vigilância sanitária desenvolvidas nos locais de trabalho, bem como o direito dos trabalhadores e dos sindicatos de acesso às informações coletadas e aos relatórios de avaliação das condições de trabalho registradas processualmente.

## **Seção V Da Ouvidoria Geral**

Art. 30. Sem prejuízo da competência do dirigente do SUS e da atuação dos órgãos de controle externo e interno e do Conselho Municipal de Saúde, haverá, na direção do SUS municipal, uma Ouvidoria Geral, incumbida de detectar e receber reclamações, encaminhando-as aos órgãos competentes para as providências necessárias.

Art. 31. O Ouvidor Geral será designado, pelo prazo de 2 (dois) anos, pelo Secretário da Saúde, mediante escolha de lista tríplice preparada pelo Conselho Municipal de Saúde e composta de servidores da administração pública direta, indireta ou fundacional do SUS municipal, com reconhecida experiência no campo da saúde.

§1º O servidor designado nos termos deste artigo fará jus, durante o tempo em que perdurar a designação, aos vencimentos ou salário do cargo ou função que exerça na Administração, acrescido de vantagens adquiridas na forma da legislação pertinente.

§2º Ouvido o Conselho Municipal de Saúde, o dirigente do SUS disporá sobre as condições que facilitem a atuação do Ouvidor Geral.

Art. 32. O Ouvidor Geral terá acesso às repartições do SUS, bem como aos serviços contratados ou conveniados com o setor privado, a fim de solicitar as informações e os dados que julgar necessários para o exercício de suas funções.

## **Seção VI Dos Recursos Humanos**

Art. 33. A formação dos profissionais de saúde será ordenada de modo a harmonizar-se com os objetivos do SUS e a integrar os profissionais na estrutura dos serviços de saúde.

Art. 34. O Município, por seus órgãos competentes e em articulação com a União e o Estado, ordenará a formação de recursos humanos para os SUS, visando, sobretudo:

I - a organização do sistema de formação de recursos humanos e a instituição de programas de capacitação permanente do pessoal da equipe da saúde, mediante integração operacional e curricular com



## Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

as instituições de ensino nos diferentes graus de escolaridade, em especial com as instituições de ensino superior e os hospitais universitários e de ensino;

II - a valorização do tempo integral nos serviços do SUS;

II - a adequação dos recursos humanos às necessidades específicas de cada região e de segmentos da população que requeiram atenção especial;

IV - a utilização da rede de serviços públicos como campo de aplicação para o ensino e a pesquisa em ciência da saúde, e o treinamento em serviço.

§1º A política salarial e o plano de carreiras, de cargos e salários dos servidores da área da saúde serão executados levando em conta os seguintes elementos, além de outros exigidos pela política de saúde:

1 - formação profissional;

2 - especificidade da função;

3 - complexidade das atribuições;

4 - local e condições de trabalho;

5 - riscos inerentes à atividade;

6 - incentivo à qualidade dos serviços prestados, aperfeiçoamento profissional continuado e permanência do servidor no SUS.

§2º Os cargos e funções de direção, de chefia e de assessoria no âmbito do SUS serão exercidos em tempo integral, ressalvadas as exceções previstas em legislação específica.

§3º Os cargos e funções a que se refere o §2º serão exercidos, preferencialmente, por servidores integrantes das classes constantes do plano de carreiras, de cargos e salários.

Art. 35. É vedada a nomeação ou designação, para cargo ou função de chefia, direção ou assessoramento na área da saúde, em qualquer nível, de proprietário, sócio ou pessoa que participe de direção, gerência ou administração de entidades que mantenham contratos ou convênios com o SUS.

### **Seção VII Do Financiamento**

Art. 36. As ações e os serviços do SUS municipal serão financiados com os seguintes recursos:

I - dotações ou créditos consignados nos orçamentos fiscal e de investimento do Município;

II - transferências da União e do Estado para os Município;

III - recursos de outras fontes.



# **Câmara Municipal de Passa Quatro**

Instalada em 13 de dezembro de 1890

§1º O financiamento dos serviços e ações de saúde, considerados pelo Poder Público como suporte dos interesses da cidadania, far-se-á sempre mediante correlação entre despesa e a respectiva fonte de receita.

§2º Os recursos adicionais, provenientes da prestação de serviços que não prejudicam a assistência à saúde, só serão admitidos como outra fonte de financiamento quando os serviços por eles remunerados não interferirem na assistência ambulatorial ou hospitalar à saúde da população, ou não estiverem a ela diretamente ligados.

Art. 37. As ações de saneamento, que venham a ser executadas supletivamente pelo SUS, terão dotações orçamentárias próprias, e serão financiadas por recursos tarifários específicos e outros do Estado, dos Municípios e, em particular, do Sistema Financeiro da Habitação, e por recursos da União.

Art. 38. Salvo os casos de doações de organismos internacionais vinculados à Organização das Nações Unidas, ou de entidades de cooperação técnica, e o de financiamentos e empréstimos, é vedada a participação direta ou indireta de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde.

Parágrafo único. Nas hipótese de que trata este artigo, é obrigatória a autorização do órgão competente da direção do SUS, ouvido o Conselho Municipal de Saúde, ao qual caberá controlar as atividades desenvolvidas e os respectivos instrumentos jurídicos e administrativos firmados.

## **Seção VIII**

### **Sistema Municipal de Auditoria e Avaliação**

Art. 39. Sem prejuízo da fiscalização exercida pelo Tribunal de Contas, o Município organizará, sob coordenação da Secretária Municipal da Saúde, o Sistema de Auditoria e Avaliação das ações e dos serviços de saúde.

Art. 40. O Sistema Municipal de Auditoria e Avaliação compreende o conjunto de órgãos do SUS que exercem a fiscalização técnico-científica, contábil, financeira e patrimonial, bem como a avaliação das ações e dos serviços de saúde.

## **Seção IX**

### **Sistema Municipal de Informação em Saúde**

Art. 41. O Município organizará, em articulação com os demais Municípios e o Estado, o Sistema Municipal de Informações em Saúde, abrangendo questões epidemiológicas e de prestação de serviços.

Art. 42. Os órgãos e entidades públicas e as entidades do setor privado, participantes ou não do SUS, estão obrigados a fornecer, informações à direção do SUS na forma por esta solicitada, para fins de planejamento, de correção finalística de atividades e de elaboração de estatística da saúde.

Parágrafo único. A recusa em fornecer as informações solicitadas pela direção do SUS acarretará a cassação do alvará de funcionamento da entidade e outras sanções cabíveis.

## **Seção X**

### **Do Planejamento, do Orçamento, da Gestão Financeira e do Fundo de Saúde**



## Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

Art. 43. Os recursos financeiros do SUS serão depositados no Fundo Municipal de Saúde e movimentados pela direção do SUS, sob fiscalização do Conselho Municipal de Saúde, sem prejuízo da atuação dos órgãos de controle interno e externo.

§1º No Fundo Municipal de Saúde, os recursos financeiros do SUS serão discriminados como despesas de custeio e de investimento da Secretaria de Saúde, seus órgãos e entidades, da administração direta, de modo que se identifiquem globalmente os recursos destinados ao setor de saúde.

Art. 44. O processo de planejamento e orçamento do SUS será ascendente, do nível local até o central, ouvidos os respectivos Conselhos de Saúde, e compatibilizando-se, no plano municipal de saúde, os objetivos da política de saúde no Município com a disponibilidade de recursos.

§1º Os planos de saúde serão a base das atividades e programação do Município, e seu financiamento será previsto na proposta orçamentária correspondente, observando-se, especialmente, o disposto na Seção VII deste Capítulo.

§2º No financiamento do plano municipal de alimentação e nutrição, não serão incluídos recursos correspondentes à alimentação escolar, os quais onerarão o orçamento do setor educacional.

§3º É vedada a transferência de recursos do Município para o financiamento de ações ou serviços não previstos nos planos de saúde, exceto em situações emergências ou de calamidade pública na área da saúde devidamente justificadas e motivadas.

§4º A direção do SUS municipal dará publicidade aos contratos e convênios e a outras informações de interesse da comunidade, de acompanhamento da atuação do administrador público.

Art. 45. Comprovada, no interesse do SUS, a conveniência da ajuda financeira, a concessão de recursos públicos para auxílio ou subvenção a entidades filantrópicas ou sem fins lucrativos ficará, ainda, subordinada ao preenchimento, pela entidade interessada, de requisitos de idoneidade técnica, sanitária e administrativa, fixados por órgão ou entidade específica do SUS, e à avaliação do retorno social dos serviços e atividades que realizam.

Parágrafo único. No exame de pedidos de financiamento, incentivo fiscal ou crédito, ou outro benefício financeiro, formulados pelo setor privado sem fins lucrativos, os órgãos competentes do Poder Executivo verificarão, obrigatoriamente, se não ocorrerá duplicação de meios idênticos já praticados pelo SUS e cientificarão, previamente, da impossibilidade da expansão da rede de serviços públicos pertinentes.

Art. 46. O Município apoiará financeiramente, em caráter prioritário, entidades filantrópicas ou sem fins lucrativos dedicadas aos serviços de prevenção e atendimento especializado a pessoas portadoras de deficiência, observado o disposto neste Código.

Art. 47. A quantificação global dos recursos próprios, incluídos os transferidos pela União e pelo Estado, para atender a despesas de custeio e investimento, constará do plano de saúde, elaborado pela direção municipal do SUS e aprovado pelo Conselho Municipal de Saúde.

Art. 48. Sem prejuízo do controle externo, destinado à verificação da probidade dos agentes da administração e da legalidade da aplicação dos recursos públicos, a direção municipal do SUS estabelecerá instrumentos e procedimentos eficazes de controle interno da execução orçamentária.



# Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

## TÍTULO II DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 49. Pela interdependência do seu conteúdo e do desenvolvimento de suas ações, a vigilância sanitária e a vigilância epidemiológica são tratadas, conceitualmente, como vigilância em saúde, implicando compromisso solidário do Poder Público, do setor privado e da sociedade em geral na proteção e defesa da qualidade de vida.

§1º A atuação do sistema de vigilância sanitária, no âmbito do Município, dar-se-á de forma integrada com o sistema de vigilância epidemiológica, compreendendo:

I - a proteção do ambiente e a defesa do desenvolvimento sustentado;

II - o saneamento básico;

III - a fiscalização de alimentos, águas e bebidas para consumo humano;

IV - a fiscalização de medicamentos, equipamentos, produtos imunológicos e outros de interesse para a saúde;

V - a proteção do ambiente de trabalho e da saúde do trabalhador;

VI - a execução dos serviços de assistência à saúde;

VII - a produção, o transporte, a distribuição, a guarda, o manuseio e a utilização de outros bens, substâncias e produtos psicoativos, tóxicos e radioativos;

VIII - a fiscalização da coleta, do processamento e da transfusão do sangue e seus derivados;

IX - o controle e a fiscalização de radiações de qualquer natureza;

X - a colaboração com o Estado na fiscalização de fronteiras.

§1º A atuação administrativa de que trata este artigo será realizada pelos órgãos e autoridades sanitárias estaduais e municipais competentes.

§2º Os órgãos e autoridades do Poder Público, bem como qualquer pessoa, entidade de classe ou associação comunitária poderão solicitar às autoridades de vigilância em saúde a adoção de providência em conformidade com as atribuições previstas nos incisos I a X.

§3º Os órgãos e autoridades municipais do SUS articular-se-ão com autoridades e órgãos de outras áreas municipais e estaduais, e com a direção nacional do SUS, para a realização e promoção de estudos e pesquisas interdisciplinares, a identificação de fatores potencialmente prejudiciais à qualidade de vida e a avaliação de resultados de interesse para a saúde.

§4º Entende-se por vigilância em saúde o conjunto de ações capazes de:



# Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

I - eliminar, diminuir ou prevenir riscos de agravo à saúde do indivíduo e da coletividade;

II - intervir nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente, da produção, comercialização e uso de bens de capital e consumo, e de prestação de serviços de interesse da saúde;

III - exercer fiscalização e controle sobre o meio ambiente e os fatores que interferem na sua qualidade, abrangendo o ambiente de trabalho, a habitação e lazer.

§5º No campo da vigilância em saúde serão observadas as seguintes normas:

I - é vedada adoção de medidas obrigatórias que impliquem riscos à vida;

II - os atos que consubstanciam condicionamentos administrativos, sob as modalidades de limites, encargos e sujeições, serão proporcionais aos fins que em cada situação se busquem;

III - dar-se-á preferência à colaboração voluntária das pessoas e da comunidade as autoridades sanitárias.

## CAPÍTULO II DO CÓDIGO SANITÁRIO DO MUNICÍPIO

Art. 50. O Código Sanitário do Município consubstanciará as normas reguladores da atuação do indivíduo e das autoridades e agentes sanitários incumbidos das ações de fiscalização e controle previsto neste Código, e disporá, especialmente, sobre:

I - tipificação das infrações sanitárias;

II - procedimento de apuração dos fatos e definição de responsabilidade do agente causador da ação ou omissão danosa;

III - aplicação das sanções administrativas.

## TÍTULO III DA PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE NA GESTÃO DO SUS

### CAPÍTULO I DAS CONFERÊNCIAS E DOS CONSELHOS DE SAÚDE

Art. 51. A participação da comunidade na gestão do SUS é uma das formas de controle social da atuação do Poder Público, destinada a garantir direito individual e coletivo à saúde, e se efetiva, institucionalmente, por meio das conferências de saúde e dos conselhos municipais de saúde.

Parágrafo único. Sem prejuízo da sua atuação institucional na gestão do SUS, por meio dos conselhos e conferências de saúde, a comunidade poderá participar do aperfeiçoamento do SUS mediante outras iniciativas próprias.

Art. 52. As conferências municipais de saúde e o Conselho Municipal de Saúde são instâncias colegiadas, que expressam a participação da comunidade na gestão do SUS e no controle das ações e dos serviços de saúde.



# Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

## CAPÍTULO II DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Art. 53. A conferência municipal de saúde, que contará com a representação de vários grupos sociais interessados nas questões de saúde, promoverá a avaliação e a discussão da realidade sanitária e proporá as diretrizes para a política de saúde do Município.

Parágrafo único. A representação dos usuários na Conferência Municipal de Saúde será paritária em relação ao conjunto dos representantes do governo, dos prestadores de serviços e dos profissionais de saúde.

Art. 54. A Conferência Municipal de Saúde reunir-se-á, ordinariamente, no mínimo a cada 4 (quatro) anos, convocada pelo secretário municipal de Saúde, e, extraordinariamente, quando convocada pelo prefeito ou pelo Conselho Municipal de Saúde.

Art. 55. A convocação ordinária será feita com antecedência mínima de seis (6) meses e, a extraordinária, pelo menos dois (2) meses antes da reunião.

Art. 56. A Conferência Municipal de Saúde será presidida pelo secretário municipal de Saúde e terá o apoio técnico e operacional do Conselho Municipal de Saúde, que a regulamentará.

## CAPÍTULO III DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

Art. 57. O Conselho Municipal de Saúde, estruturado e definido em lei específica, é o órgão pelo qual se efetiva a participação da comunidade na gestão do SUS.

Art. 58. Além de expressar a participação da comunidade na área da saúde, o Conselho também exerce função de controle social das atividades governamentais na área.

Art. 59. O Conselho Municipal de Saúde, que funcionará em caráter permanente, será composto por representantes do governo, dos prestadores de serviços de saúde, dos profissionais de saúde e dos usuários.

Art. 60. A representação dos usuários no Conselho Municipal de Saúde será paritária em relação ao conjunto dos representantes do governo, dos prestadores de serviço e dos profissionais de saúde.

Art. 61. Para garantir a legitimidade de representação paritária dos usuários, é vedada a escolha de representante dos usuários que tenha vínculo, dependência ou comunhão de interesse com quaisquer dos representantes dos demais segmentos integrantes do Conselho.

Art. 62. O Conselho Municipal de Saúde terá sua composição, organização e funcionamento estabelecidos de acordo com as peculiaridades e os interesses do Município de Passa Quatro, observado o disposto neste Código.

## TÍTULO IV DISPOSIÇÕES FINAIS



## Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

Art. 63. O Município, pelos seus órgãos competentes, poderá celebrar convênios com a União, o Estado e os municípios e com as entidades públicas e privadas, nacionais, estrangeiras e internacionais, objetivando a execução de preceitos específicos deste Código.

Art. 64. O Município poderá constituir como o Estado e/ou com a União, através de administrativo conjunto, mecanismo próprio com a finalidade de propor solução consensual de eventuais conflitos ou impasses de natureza político-administrativa surgidos na implementação das ações e dos serviços de saúde e que não tenham sido resolvidos pelos órgãos ou procedimentos regulares da administração federal, estadual ou municipal.

Art. 65. Sem prejuízo da atuação direta do SUS, prevista neste Código, o Poder Executivo adotará as medidas necessárias para a execução continuada de programas integrados referentes à proteção especial à criança, ao adolescente, ao deficiente, ao tóxico-dependente, à família carente do egresso de hospital psiquiátrico e à população residente em áreas de risco à saúde.

Parágrafo único. A direção municipal do SUS estabelecerá, em articulação com as áreas de educação, trabalho, promoção social e outras, programas e mecanismos integrados de atenção ambulatorial a segmentos da população que, transitoriamente, por sua condição de vida, exijam cuidados diferenciados.

Art. 66. A Secretaria Municipal de Saúde, por seus órgãos e autoridades competentes, completarão e explicitarão o disposto neste Código e seu regulamento mediante resoluções, normas técnicas e outros atos administrativos cabíveis.

Art. 67. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 68. Revogam-se as disposições contrárias

Passa Quatro, 23 de setembro de 1999

Dr. Acácio Mendes de Andrade  
Prefeito Municipal

Paulo Roberto Moraes  
Sec. Mun. Administração

Myrian da Silva  
Sec. Mun. Saúde